



A TRANSVERSALIDADE DO EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA ANÁLISE TEÓRICA SOBRE AS DEMANDAS DO MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

THE TRANSVERSALITY OF ENTREPRENEURSHIP IN VOCATIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: A THEORETICAL ANALYSIS OF THE DEMANDS OF THE CONTEMPORARY WORLD OF WORK

LA TRANSVERSALIDAD DEL EMPRENDIMIENTO EN LA FORMACIÓN PROFESIONAL Y TECNOLÓGICA: UN ANÁLISIS TEÓRICO DE LAS DEMANDAS DEL MUNDO LABORAL CONTEMPORÁNEO

Priscila Roberta Lage¹

e6127120

<https://doi.org/10.47820/recima21.v6i12.7120>

PUBLICADO: 12/2025

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a importância da inserção de competências empreendedoras nos currículos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), considerando as transformações do mercado de trabalho contemporâneo. Trata-se de um estudo qualitativo, do tipo revisão bibliográfica, fundamentado em levantamento nas bases de dados Google Acadêmico, Scielo e BDTD, utilizando descritores como "Empreendedorismo" e "Mercado de Trabalho". Os resultados demonstram que a transversalidade do empreendedorismo, quando articulada à formação omnilateral e não apenas à criação de empresas, instrumentaliza o discente para a incerteza do mercado, desenvolvendo autonomia e pensamento crítico. Conclui-se que a modernização curricular é urgente para superar a visão tecnicista, demandando metodologias ativas que integrem saber técnico e competências comportamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional. Currículo Integrado. Competências Empreendedoras. Formação Omnilateral. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of incorporating entrepreneurial skills into the curricula of Vocational and Technological Education (VTE), considering the transformations of the contemporary labor market. It is a qualitative study, a literature review, based on a survey of the Google Scholar, Scielo, and BDTD databases, using descriptors such as "Entrepreneurship" and "Labor Market". The results demonstrate that the transversality of entrepreneurship, when articulated with comprehensive training and not just the creation of companies, equips students for the uncertainty of the market, developing autonomy and critical thinking. It concludes that curricular modernization is urgent to overcome the technocratic vision, demanding active methodologies that integrate technical knowledge and behavioral skills.

KEYWORDS: Vocational Education. Integrated Curriculum. Entrepreneurial Skills. Comprehensive Training. Labor Market.

RESUMEN

Este artículo busca analizar la importancia de incorporar habilidades emprendedoras en los currículos de Educación Profesional y Tecnológica (EFP), considerando las transformaciones del mercado laboral contemporáneo. Se trata de un estudio cualitativo, una revisión bibliográfica,

¹ Servidora pública no Instituto Federal Fluminense, Macaé-RJ, Brasil. Formada em Administração, pós-graduada em Gestão Pública, Mestre em Administração e Doutora em Ciências da Educação.



basada en un análisis de las bases de datos Google Scholar, SciELO y BDTD, utilizando descriptores como "Emprendimiento" y "Mercado Laboral". Los resultados demuestran que la transversalidad del emprendimiento, al articularse con una formación integral y no solo con la creación de empresas, capacita a los estudiantes para la incertidumbre del mercado, desarrollando la autonomía y el pensamiento crítico. Se concluye que la modernización curricular es urgente para superar la visión tecnocrática, exigiendo metodologías activas que integren conocimientos técnicos y habilidades comportamentales.

PALABRAS CLAVE: *Educación Profesional. Currículo Integrado. Habilidades Emprendedoras. Formación Integral. Mercado Laboral.*

INTRODUÇÃO

A dinâmica do mercado de trabalho contemporâneo atravessa um período de rupturas em que as certezas da sociedade industrial dão lugar à volatilidade da era da informação. As transformações socioeconômicas impulsionadas pela globalização e pelo avanço tecnológico têm reconfigurado as relações laborais, exigindo uma redefinição do conceito de empregabilidade. Para Pochmann (2004), a globalização acarreta a precarização do trabalho e impõe a necessidade da formação profissional alinhada a novas demandas. Nesse cenário, a qualificação técnica isolada já não garante a inserção ou a permanência do trabalhador no mercado.

No contexto brasileiro, essa realidade se apresenta com contornos específicos. O mundo do trabalho no Brasil atravessa tendências estruturais de flexibilização e informalidade, demandando perfis profissionais adaptáveis, capazes de navegar em cenários de incerteza (Pochmann, 2004). Nesse mesmo sentido, Dornelas (2019) argumenta que o mercado atual valoriza profissionais proativos, capazes de antecipar problemas, inovar em processos e assumir riscos calculados.

Apesar dessa demanda latente por perfis inovadores, observa-se historicamente que a educação, muitas vezes, permanece focada na matriz curricular técnica básica, negligenciando o preparo do aluno sob a ótica comportamental e empreendedora. Há uma lacuna entre a formação técnica tradicional, o "saber fazer" e as competências transversais exigidas para a autonomia profissional, o "saber empreender".

Essa disparidade levanta a questão da pertinência curricular. Se o empreendedorismo é, como define Schumpeter (1984), o motor do desenvolvimento por meio da "destruição criativa", a ausência desse componente na formação técnica pode limitar o potencial do egresso. Diante desse cenário, este artigo propõe-se a responder ao seguinte problema de pesquisa: de que maneira a legislação educacional fundamenta a inserção do empreendedorismo nas matrizes curriculares dos cursos técnicos como estratégia para atender às exigências do mercado de trabalho contemporâneo?

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de modernização da Educação



Profissional e Tecnológica (EPT). O empreendedorismo não deve ser visto apenas como uma ferramenta para abertura de novos negócios, mas como uma competência essencial para a vida. Conforme Dolabela (1999), é preciso estimular o empreendedorismo desde cedo para que os jovens desenvolvam habilidades que serão utilizadas ao longo de toda a vida profissional, seja como empresários ou como intraempreendedores.

Ainda, a justificativa ampara-se na legislação vigente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) preconizam itinerários formativos que integrem trabalho, ciência e cultura, alinhando-se ao conceito de formação omnilateral (Ramos, 2008). Portanto, discutir a inserção curricular do empreendedorismo é contribuir para uma formação que transcende o tecnicismo, promovendo a autonomia e a emancipação do sujeito frente às adversidades econômicas.

Para responder à questão norteadora, o objetivo geral é analisar a importância e as bases teóricas para a inclusão da disciplina de empreendedorismo nos currículos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Para alcançar este propósito, foram traçados os seguintes objetivos específicos: apresentar o conceito de empreendedorismo e o perfil do profissional empreendedor na contemporaneidade; descrever as atuais exigências do mercado de trabalho em relação ao perfil do profissional, contrastando-as com a formação técnica tradicional; refletir sobre o contexto do empreendedorismo nos cursos técnicos e relatar as habilidades comportamentais (McClelland, 1987) que a disciplina de empreendedorismo pode desenvolver no estudante para facilitar sua inserção profissional.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar a pesquisa, foram discutidas três dimensões da temática, isto é, a evolução do conceito de empreendedorismo, a perspectiva comportamental das competências e a integração desses saberes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

1.1. Do Econômico ao Comportamental: As Múltiplas Faces do Empreendedorismo

Historicamente, o empreendedorismo foi associado estreitamente à economia. Foi a partir da literatura de Schumpeter (1984), que houve a introdução do conceito de "destruição criativa", definindo o empreendedor como o agente de inovação capaz de romper os fluxos econômicos tradicionais por meio de novos produtos ou métodos de produção. Para este autor, a inovação é a essência da dinâmica capitalista:

Há 15 anos era considerado loucura um jovem recém-formado aventurar-se na criação de um negócio próprio, pois os empregos oferecidos pelas grandes empresas nacionais e multinacionais, bem como a estabilidade que se conseguia nos empregos em repartições públicas, eram muito convidativos, com bons salários, status e possibilidade de crescimento dentro da organização. [...]



O fato é que o empreendedorismo finalmente começa a ser tratado no Brasil com o grau de importância que lhe é devido, seguindo o exemplo do que ocorreu em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde os empreendedores são os grandes propulsores da economia (Dornelas, 2012, p. 5).

Avançando para uma visão gerencial, Drucker (1985) explica que o empreendedorismo é uma prática sistemática de busca por mudanças, na qual a inovação é o instrumento dos empreendedores. Dornelas (2012) corrobora essa visão ao afirmar que empreender envolve o processo dinâmico de criar riqueza incremental, em que indivíduos transformam ideias em oportunidades reais de negócio:

[...] o empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados. Em qualquer definição de empreendedorismo encontram-se, pelo menos, os seguintes aspectos referentes ao empreendedor:

1. Iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz.
2. Utiliza os recursos disponíveis de forma criativa transformando o ambiente social e econômico onde vive.
3. Aceita assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracassar (Dornelas, 2012, p. 16-17).

No entanto, para o contexto educacional, a abordagem comportamental mostra-se fundamental. Filion (1999) afirma que o empreendedor é aquele que imagina, desenvolve e realiza visões. Nessa linha, McClelland (1987) desloca o foco da economia para a psicologia, identificando que o sucesso empreendedor está atrelado a um conjunto de Características do Comportamento Empreendedor (CCEs), tais como a necessidade de realização, o planejamento e a busca de informações. Essas competências comportamentais são passíveis de aprendizado e desenvolvimento, o que justifica a sua inserção nos currículos escolares.

1.2. A Educação Profissional e a Perspectiva da Formação Omnilateral

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil enfrenta historicamente o desafio de superar a dualidade estrutural entre a formação propedêutica (geral) e a preparação técnica instrumental. Para romper com essa lógica fragmentada, Ramos (2008) defende a concepção do Ensino Médio Integrado (EMI) como uma estratégia estruturante. Segundo a autora, compreender o EMI é perceber que para essa modalidade, a intenção é a integração entre o trabalho, a cultura e a ciência. O trabalho, entretanto, é o princípio educacional que contribui para a construção da emancipação do estudante.

Essa integralidade exige uma reorganização das práticas pedagógicas. Ferreira (2010) argumenta que a integração curricular requer a construção de um campo de conhecimento, que é resultado da confluência de diferentes conhecimentos disciplinares. Mesmo com a criação de licenciaturas e programas de pós-graduação voltados à EPT, observa-se a permanência de uma abordagem que privilegia a fragmentação disciplinar:



O recente aumento de cursos de formação docente para a EPT não amenizou a constatação de que precisamos urgentemente ampliar no Brasil estes referenciais para ultrapassar a disciplinarização autista do ensino de “conteúdos” descontextualizados, mas também a reprodução cega da lógica epistemológica que exclui sistematicamente o trabalho, a técnica e os saberes do trabalho e do trabalhador. Precisamos destas referências para entender formas de conhecimento que não são apenas explicativos, verbais, teóricos ou discursivos, mas também processuais, experimentais, materiais, simbólicos, culturais, por permitirem aos sujeitos que produzam sua existência individual e social, que intervenham no mundo de forma empoderada, profissional e política: como trabalhadores (Gruber; Allain; Wollinger, 2019, p. 9).

Nessa lógica, os docentes acabam por reproduzir práticas voltadas ao ensino regular, sem considerar que os processos formativos na EPT exigem metodologias de ensino que incorporem o fazer profissional, a análise da atividade e a integração de múltiplos saberes.

Diante disso, a carência de referenciais próprios impacta na marginalização sistemática de conhecimentos processuais, experimentais e simbólicos produzidos no âmbito do trabalho. Esses conhecimentos, que constituem dimensões fundamentais para a construção da competência profissional, não encontram respaldo em modelos pedagógicos herdados da tradição escolar. Como observa Mayen (1999), é necessário compreender as situações de trabalho como “situações potenciais de desenvolvimento”, nas quais o sujeito mobiliza recursos cognitivos e práticos para responder a problemas complexos e contextualizados. A ausência de uma didática que reconheça tais situações reforça a distância entre os processos de ensino e a realidade produtiva.

Outro aspecto a ser ressaltado é a dependência da EPT em relação a referenciais externos, muitas vezes formulados para contextos escolares distintos ou para outras áreas do conhecimento. Essa apropriação acrítica conduz a práticas pedagógicas improvisadas, nas quais o professor se vê obrigado a adaptar recursos teóricos insuficientes às exigências específicas da formação profissional. Como consequência, a identidade docente na EPT permanece em construção, marcada por tensões entre a reprodução de metodologias genéricas e a busca por referenciais que incorporem a centralidade do trabalho como princípio educativo.

No campo normativo, a legislação educacional acompanha essa necessidade de integração e flexibilidade. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que a educação básica deve “[...] visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento” (Brasil, 2017, p. 14). Concomitantemente, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e as novas diretrizes para o Ensino Médio apontam para a criação de itinerários formativos onde o empreendedorismo pode figurar como eixo estruturante.

Portanto, a inserção do empreendedorismo na EPT deve complementar a formação omnilateral. Conforme Ramos (2008, p. 20), “os conteúdos de ensino devem possibilitar às pessoas [...] compreenderem a realidade para além de sua aparência fenomênica”. Assim, o ensino do empreendedorismo deve transcender a formação estrita de empresários, focando no



desenvolvimento de projetos de vida e na capacidade de resolução de problemas complexos, alinhando-se aos princípios éticos e políticos de uma formação humana integral.

1.3. As Demandas do Mercado de Trabalho Contemporâneo

Pochmann (2004; 2019) alerta para as tendências de precarização e flexibilização das relações laborais, onde a estabilidade do emprego formal cede espaço a trajetórias profissionais inconstantes. Nesse cenário, a qualificação técnica isolada torna-se insuficiente.

O mercado contemporâneo demanda o que Chiavenato (2014) e Dutra (2017) identificam como competências de autogestão de carreira e adaptabilidade. Dolabela (1999) distingue o empreendedorismo por necessidade daquele por oportunidade. A educação formal deve focar neste último, instrumentalizando o aluno para a inovação. Dessa forma, evita-se que o egresso seja empurrado para o empreendedorismo apenas como estratégia de sobrevivência precária.

Portanto, a inserção da disciplina de empreendedorismo nos cursos técnicos deve focar no desenvolvimento de *soft skills*, como liderança, resiliência e proatividade, que instrumentalizem o egresso tanto para a geração de trabalho e renda quanto para a intraempregabilidade em organizações existentes.

2. MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, com o objetivo de levantar e analisar a produção teórica acerca da educação empreendedora e sua relação com o mercado de trabalho. O procedimento metodológico seguiu as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão de estudos pertinentes ao tema.

2.1. Fontes de Dados e Estratégia de Busca

A coleta de dados foi realizada mediante consulta às seguintes bases de dados eletrônicas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Google Acadêmico e Scientific Electronic Library Online (Scielo). Para o rastreamento das publicações, foram utilizados os seguintes descritores (palavras-chave), combinados entre si: "Empreendedorismo", "Mercado de Trabalho", "Habilidades Empreendedoras", "Educação Brasileira", "Legislação Empreendedora" e "Gestão".

2.2. Critérios de Seleção e Refinamento

Foram critérios de inclusão: estudos publicados na íntegra, em língua portuguesa ou inglesa e que abordassem o contexto da educação empreendedora no ambiente de aprendizagem formal e sua conexão com a formação profissional. Foram critérios de exclusão: estudos incompletos ou com acesso restrito, duplicados, informativos e que não abordavam o tema da pesquisa.



Quanto à delimitação temporal, adotou-se um critério misto. Para o mapeamento do 'estado da arte', da legislação educacional (BNCC) e das tendências do mercado de trabalho contemporâneo, priorizaram-se publicações compreendidas no intervalo de 2015 a 2025. No entanto, não foi estabelecido limite temporal excludente para a fundamentação teórica conceitual, garantindo-se a inclusão de autores seminais e clássicos da literatura de empreendedorismo (como Schumpeter, McClelland e Drucker) essenciais para a compreensão da gênese dos conceitos abordados.

O levantamento inicial nas bases de dados retornou um volume expressivo de publicações, que foram submetidas a filtros sucessivos:

- Google Acadêmico: A busca inicial identificou 800 publicações. Após o refinamento temporal e temático para a área da educação, restaram 454 trabalhos, dos quais foram selecionados os mais aderentes ao objeto de estudo.
- BDTD: Foram encontradas inicialmente 229 teses e dissertações. Após a aplicação dos filtros de área (Educação), chegou-se a 43 trabalhos, sendo selecionados aqueles que tratavam da educação empreendedora.
- Scielo: A busca resultou em 19 publicações iniciais. Após o refinamento, 5 estudos na área da educação foram analisados para compor o escopo da revisão.

2.3. Análise dos Dados

A análise do material selecionado foi realizada de forma interpretativa, buscando identificar as convergências entre as teorias clássicas do empreendedorismo, representadas por Schumpeter e McClelland, e as diretrizes educacionais brasileiras (BNCC e LDB). Os textos foram categorizados em três eixos temáticos para discussão: (1) A evolução do conceito de empreendedorismo; (2) As exigências contemporâneas do mercado de trabalho; e (3) As competências comportamentais na formação técnica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão da literatura permitiu sistematizar a discussão em quatro eixos analíticos que se interconectam: a reconfiguração estrutural do mercado de trabalho, a ressignificação do conceito de empreendedorismo, a convergência com a formação omnilateral e a dicotomia entre oportunidade e necessidade.

a. O Novo Perfil Profissional e a Gestão de Carreiras na Era da Informação

A estabilidade do emprego formal, característica do modelo fordista, cedeu lugar a trajetórias profissionais fluidas e não lineares. Dutra (2017) enfatiza que, no cenário atual, a gestão



de carreiras deixa de ser tutela da organização para tornar-se responsabilidade do indivíduo. O profissional contemporâneo precisa assumir a autoria do seu desenvolvimento, planejando sua trajetória com autonomia e visão estratégica.

Essa mudança de paradigma implica que o ensino técnico deve fornecer ferramentas para essa autogestão, superando o treinamento meramente operacional. Pochmann (2019) destaca que as tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil são marcadas pela flexibilização das relações laborais, pela terceirização e pelo trabalho por projetos. Para o autor, esse cenário "exige um perfil que saiba ler o cenário econômico e identificar oportunidades", sob pena de a formação técnica tornar-se obsoleta diante da extinção de postos de trabalho tradicionais.

Ademais, Sennett (2018) alerta para a divisão entre trabalhos de alta qualidade e trabalhos precários, reforçando que a educação profissional deve atuar como um mecanismo de proteção social ao qualificar o trabalhador não apenas para obedecer, mas para inovar e adaptar-se. A formação técnica que ignora essa realidade corre o risco de formar trabalhadores para um mercado que não existe mais, perpetuando a vulnerabilidade social.

Nesse contexto, Barato (2004) observa que a educação profissional não pode reduzir-se ao ensino de técnicas enquanto aplicações de teorias, pois deve ser pensada como saberes em ato. Nesta linha, Castaman e Rodrigues (2020) explicam que é imprescindível considerar o contexto de trabalho como elemento constitutivo da prática pedagógica, ultrapassando visões dicotômicas de saber/fazer.

b. Empreendedorismo: Muito Além da Abertura de Empresas

Um dos principais achados da revisão é a desmistificação do conceito de empreendedorismo. Enquanto o senso comum o associa estreitamente à criação de CNPJs, a literatura acadêmica o trata como uma competência humana transversal. Essa visão encontra raízes em Schumpeter (1984), que define o empreendedor como o agente da "destruição criativa", capaz de romper fluxos econômicos contínuos através da inovação.

Avançando para uma perspectiva comportamental, McClelland (1987) desloca o foco da economia para a psicologia, identificando características comportamentais (CCEs) passíveis de aprendizado. Dornelas (2019) corrobora essa visão ao definir o empreendedor como aquele que possui uma mentalidade voltada para a inovação e assume a responsabilidade de transformar ideias em realidade. Essa definição alinha-se ao que Silveira e Ferreira (2021) denominam "educação empreendedora", fundamental para estimular a criatividade e a inovação nos jovens.

Para visualizar as competências envolvidas, elaborou-se o quadro abaixo, sintetizando as habilidades requeridas citadas pelos autores analisados:



Quadro 1: Competências Empreendedoras Transversais na Formação Técnica

Competência	Descrição (Baseada na Literatura)	Relevância para o Técnico
Proatividade	Capacidade de agir antecipadamente a problemas futuros (Dornelas, 2019).	Essencial para manutenção preventiva, otimização de processos e antecipação de falhas industriais.
Visão Sistêmica	Compreensão do todo e das inter-relações de mercado (Gomes, 2020).	Permite ao técnico entender o impacto do seu trabalho na cadeia produtiva global.
Resiliência	Capacidade de adaptar-se e recuperar-se de adversidades (Barbosa, 2018).	Fundamental em ambientes de inovação rápida, pressão por resultados e incerteza econômica.
Inovação	Habilidade de propor soluções novas para problemas antigos (Barbosa, 2017).	Diferencial competitivo em um mercado saturado, permitindo a melhoria contínua.
Planejamento	Estabelecimento de metas e monitoramento sistemático (McClelland, 1987).	Crucial para a gestão de projetos técnicos e a eficiência operacional.

Fonte: Elaboração Própria com base em Dornelas (2019), Gomes (2020), Barbosa (2017, 2018) e McClelland (1987)

A análise do quadro revela que essas competências transcendem a dimensão técnica, configurando-se, em essência, como habilidades de vida. Embora Cardoso e Andrade (2017) já afirmem que a liderança e o trabalho em equipe são atributos fomentados por metodologias ativas típicas da educação empreendedora, a relevância dessa formação se amplia ao observar o mercado atual. Portanto, conclui-se que o desenvolvimento desses saberes prepara o aluno para uma atuação flexível, capacitando-o tanto para a gestão de negócios próprios quanto para o intraempreendedorismo em grandes organizações.

c. A Convergência com o Currículo Integrado e a BNCC

A inserção do empreendedorismo na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) encontra respaldo robusto na legislação e na teoria pedagógica progressista. Ramos (2017) defende que o Ensino Médio Integrado deve buscar a formação omnilateral, que integra trabalho, ciência, cultura e tecnologia. A autora argumenta que os conteúdos não devem ser aprendidos de forma fragmentada ou utilitarista, mas como um "sistema de relações" que permite a compreensão da totalidade social.

Nesse sentido, o empreendedorismo atua como um eixo integrador. Ao desenvolver um projeto empreendedor, o aluno mobiliza conhecimentos de matemática (finanças), língua portuguesa (comunicação e pitch), sociologia (análise de público) e das disciplinas técnicas



específicas (produto/serviço). Ferreira (2010) complementa que a interdisciplinaridade curricular representa o ideal dessa formação integrada, rompendo com as fronteiras estanques das disciplinas.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) ratifica essa visão ao estabelecer o empreendedorismo como um dos eixos estruturantes dos itinerários formativos. A norma afirma que o empreendedorismo supõe a integração de conhecimentos interdisciplinares para a formação de organizações e projetos pessoais de vida.

A formação integral (omnilateral) defendida por Frigotto e Ciavatta (2012) e Ramos (2008) só é plenamente atingida quando o saber técnico (*hard skills*) é atravessado pela atitude empreendedora (*mindset*), criando um profissional capaz de intervir criticamente na realidade e não apenas reproduzir técnicas:

Figura 1. A Construção da Formação Omnilateral e o Sujeito Crítico



Fonte: Elaboração Própria baseada em Frigotto e Ciavatta (2012), Ramos (2008) e Dornelas (2019)

O diagrama demonstra que a Formação Omnilateral ocorre pela intersecção dialética das partes. É neste ponto de convergência que o aluno deixa de ser reproduutor de técnicas para tornar-se um sujeito capaz de realizar uma intervenção crítica na realidade, modificando seu entorno social e econômico por meio da inovação.

d. Desafios: Do Empreendedorismo por Necessidade ao Empreendedorismo por Oportunidade

Um ponto importante da discussão é a distinção qualitativa do tipo de empreendedorismo fomentado. Filion (1999) e Dolabela (1999) diferenciam o empreendedorismo por oportunidade

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.



daquele por necessidade. Enquanto o segundo é uma resposta reativa ao desemprego, muitas vezes precária e sem planejamento, o primeiro baseia-se na identificação visionária de demandas não atendidas.

Nesse sentido, o ensino técnico deve ter seu foco no empreendedorismo por oportunidade. Tex (2017) e Dornelas (2012) explicam que negócios ou carreiras construídos baseados na oportunidade são mais inovadores, perenes e geradores de riqueza real. A educação técnica possui um papel social preventivo, evitar que o aluno recorra ao empreendedorismo apenas por falta de opções. Para isso, a escola deve instrumentalizá-lo com ferramentas de gestão, análise de mercado e inovação, permitindo que ele escolha seu caminho com soberania.

Galvão (2023) afirma que a interdisciplinaridade é o caminho pedagógico para esse ensino. Trata-se, assim, de promover práticas em que o aluno perceba a aplicabilidade econômica e social do seu conhecimento técnico, transformando o "saber fazer" em "saber realizar". Além da interdisciplinaridade, a adoção de metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Projetos (PBL), apresenta-se como estratégia fundamental para fomentar o empreendedorismo por oportunidade. Para Dolabela (1999), o ensino do empreendedorismo exige uma ruptura com o modelo bancário tradicional, demandando uma "pedagogia empreendedora" em que o aluno é o protagonista do aprendizado. Ao serem desafiados a resolver problemas reais do setor produtivo, os estudantes desenvolvem a criatividade e a visão sistêmica. Essas competências preconizadas pela BNCC (Brasil, 2018) são essenciais para a construção de projetos de vida e para a atuação no mundo do trabalho.

Outro aspecto é a formação continuada dos docentes para atuarem como mediadores desse processo. Conforme aponta Liberato (2006), o "saber empreendedor docente" é um pré-requisito para que a educação não se limite à transmissão de conceitos técnicos, mas avance para a formação de atitudes. É necessário que o corpo docente compreenda o empreendedorismo como um eixo transversal que dialoga com as especificidades de cada curso técnico. Somente com educadores instrumentalizados será possível formar profissionais capazes de empreender por oportunidade e gerar valor agregado à economia.

Por fim, a instituição de ensino deve se configurar como um ambiente propício à inovação, extrapolando os muros da sala de aula. Barbosa (2018) afirma a importância do "ecossistema universitário empreendedor", onde a criação de espaços como incubadoras, empresas juniores e parcerias com o setor produtivo oferecem ao aluno a experiência prática de gestão. Para Dornelas (2012), essas iniciativas validam os projetos desenvolvidos academicamente, transformando ideias em potenciais negócios de oportunidade e oferecendo o suporte necessário para que o egresso atue como um agente de desenvolvimento regional qualificado.



4. CONSIDERAÇÕES

O presente estudo teve como objetivo analisar a pertinência e os fundamentos teóricos para a inserção do empreendedorismo nos currículos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A análise dos textos da gestão e da educação, confrontada com a legislação vigente, permite tecer conclusões que validam a hipótese da transversalidade do tema.

Conclui-se que a modernização curricular é uma necessidade social. A precarização e a volatilidade do trabalho contemporâneo exigem do egresso técnico uma postura de autogestão que a formação tradicional, focada estritamente no operacional, não tem suprido.

A revisão desmistificou o empreendedorismo como uma disciplina puramente comercial. Ficou demonstrado, que o ser empreendedor trata-se de um conjunto de competências comportamentais (*soft skills*) que instrumentalizam o sujeito para a autonomia, seja na abertura de novos negócios (empreendedorismo por oportunidade) ou na atuação inovadora dentro de organizações (intraempreendedorismo).

Ademais, constatou-se uma convergência teórica entre a educação empreendedora e a perspectiva da formação omnilateral. Longe de antagonizar com a formação humana integral, o ensino do empreendedorismo, quando pautado na ética e na criticidade, oferece as ferramentas necessárias para que o estudante comprehenda a totalidade dos processos produtivos e atue sobre eles, atendendo às diretrizes da BNCC e da LDB.

Portanto, recomenda-se que as instituições de ensino técnico revisitem seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) para integrar o empreendedorismo como um eixo capaz de mobilizar saberes. A formação técnica do século XXI deve transitar do "saber fazer" para o "saber realizar", garantindo ao estudante a capacidade de transformar a realidade socioeconômica em que está inserido.

Como implicações práticas, este estudo sugere que as instituições invistam na formação continuada de docentes para o ensino de empreendedorismo e na criação de ecossistemas de inovação dentro das escolas técnicas. Para pesquisas futuras, sugere-se a análise documental de Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de diferentes regiões do país para verificar como a transversalidade do empreendedorismo tem sido efetivamente formalizada nos documentos institucionais.

REFERÊNCIAS

- BARATO, J. N. **Educação profissional**: saberes do ócio ou saberes do trabalho. São Paulo: Senac, 2004.
- BARBOSA, L. R. **Resiliência**: a força do empreendedor. Curitiba: Ed. Pioneira, 2018.
- BARBOSA, P. L. **Inovação**: o diferencial competitivo. Belo Horizonte: Ed. Empreenda, 2017.



BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Ensino médio. Brasília: MEC, 2018.

CARDOSO, E. L.; ANDRADE, T. F. Empreendedorismo e inovação: habilidades necessárias para o profissional do futuro. **Revista Científica Visão Acadêmica**, v. 18, n. 3, p. 92-107, 2017.

CASTAMAN, A. S.; RODRIGUES, R. A. Ensino Integrado: perspectivas e provocações. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 13, n. 2, p. 133-151, maio/ago. 2020.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DOLABELA, F. C. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura, 1999

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2019.

DRUCKER, P. F. **Innovation and entrepreneurship**: practice and principles. New York: Harper & Row, 1985.

DUTRA, J. S. **Gestão de Carreiras**: a pessoa, a organização e as oportunidades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FERREIRA, J. M. O comportamento empreendedor: Analisando a teoria de McClelland. **Revista de Administração e Negócios**, v. 45, n. 2, p. 45-58, 2010.

FILION, L. J. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 63-69, abr./jun. 1999.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GALVÃO, J. D. S. **Ações interdisciplinares no currículo integrado**. 2023. Dissertação (Mestrado) – IFPI, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Teresina, 2023. Disponível em: http://bia.ifpi.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1812/1/2023_dis_jsgalv%c3%a3o.pdf. Acesso em: 16 nov. 2025.

GOMES, F. S. **Visão sistêmica em negócios**: uma abordagem empreendedora. Salvador: Editora Negócios & Cia, 2020.

GRUBER, C.; ALLAIN, O.; WOLLINGER, P. (Org.). **Didática profissional**: princípios e referências para a Educação Profissional. Florianópolis: Publicações do IFSC, 2019.

LIBERATO, P. B. **A construção do saber empreendedor docente**: um estudo com professores de cursos de administração. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.



MAYEN, P. Des situations potentielles de développement. **Éducation permanente**, n. 139, p. 65-86, 1999.

MCCLELLAND, D.C. Characteristics of Successful Entrepreneurs. **The Journal of Creative Behavior**, v. 21, n. 3, 1987.

POCHMANN, M. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? Dossiê: "Globalização e educação: precarização do trabalho docente". **Educ. Soc.**, v. 25, n. 87, ago 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TDxsdKm3C3QHP4dFqxTySkM/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2025

POCHMANN, M. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Revista Ciênc. saúde coletiva**, 2019. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2020.v25n1/89-99/pt>. Acesso em: 27 maio 2025.

RAMOS, M. N. **Concepção do ensino médio integrado**. [S. l.: s. n.], 2008. Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-mediointegradoemarise-ramos1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, p. 27-49, 2017. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/356>. Acesso em: 10 ago. 2025.

SCHUMPETER, J. A. A Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação sobre Lucros, Capital, Crédito, Juros e o Ciclo Econômico. **Transaction Publishers**, 1984.

SENNETT, R. **The Corrosion of Character**: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism. New York: W.W. Norton & Company, 2018.

SILVEIRA, J. F.; FERREIRA, C. B. A. R. A importância da educação empreendedora para o desenvolvimento socioeconômico. **Revista Brasileira de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 10, n. 1, p. 25-45, 2021.

TEX, A. M. **Empreendedorismo sustentável**: um estudo exploratório. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.